

OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES NO BRASIL

THE FEDERAL INSTITUTES OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY AND INITIAL TRAINING OF TEACHERS IN BRAZIL

LOS INSTITUTOS FEDERALES DE EDUCACIÓN, CIENCIA Y TECNOLOGÍA Y LA FORMACIÓN INICIAL DE PROFESORES EN BRASIL

Marcos Fernando Soares Alves*
marcos.soaresalves@gmail.com

Carlos Alberto de Oliveira Magalhães Júnior**
juniormagalhaes@hotmail.com

Marcos Cesar Danhoni Neves**
macedane@yahoo.com

* Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e a Matemática, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR – Brasil.
Instituto Federal do Paraná, Foz do Iguaçu-PR – Brasil.

** Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e a Matemática, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR – Brasil

Resumo

Os Institutos Federais, criados em 2008, devem garantir o mínimo de 20% de suas vagas a cursos de formação de professores, atendendo, prioritariamente, as áreas demandadas na lei. Considerando a escassez de trabalhos que investigaram esse “novo” *locus* de formação docente, avaliamos a inserção dessas instituições na promoção de cursos de licenciaturas no panorama brasileiro. Para isso, sistematizamos e analisamos os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira entre 2008 e 2018. Nosso estudo revelou que os Institutos Federais apresentaram grande expansão na oferta de licenciaturas, com foco nas áreas prioritárias, e têm contribuído para aumentar a participação das instituições públicas de Educação Superior na formação inicial de professores.

Palavras Chave: Formação de Professores. Desafios da Educação. Censo da Educação Superior.

Abstract

The Federal Institutes (Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia), created in 2008, must guarantee a minimum of 20% of their vacancies to teacher training courses, giving priority to areas required by law. Considering the scarcity of publications that investigated this “new” *locus* of teacher training, we evaluated the insertion of such institutions in the promotion of undergraduate teacher training courses in the Brazilian context. To this end, we systematized and analyzed the data released by the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP, in Portuguese) between 2008 and 2018. Our study revealed that the Federal Institutes showed a great expansion in degree offers, focusing on priority areas, and have contributed to increase public participation of Higher Education institutions in initial teacher education.

Keywords: Teacher Training. Education Challenges. Higher Education Census.

Resumen

Los Institutos Federales, creados en 2008, deben garantizar un mínimo del 20% de sus vacantes a cursos de capacitación docente, dando prioridad a las áreas requeridas por la ley. Considerando la escasez de trabajos que investigaron este “nuevo” lugar de formación docente, evaluamos la inserción de tales instituciones en la promoción de cursos de pregrado en el panorama brasileño. Con este fin, sistematizamos y analizamos los datos publicados por el Instituto Nacional de Estudios e Investigación Educativa Anísio Teixeira (INEP, en portugués) entre 2008 y 2018. Nuestro estudio reveló que los Institutos Federales mostraron una gran expansión en la oferta de títulos, centrándose en áreas prioritarias, y han contribuido a aumentar La participación de las instituciones públicas de educación superior en la formación inicial del profesorado.

Palabras clave: Formación de profesores. Desafíos educativos. Censo de la Educación Superior.

INTRODUÇÃO

Estudos têm apontado que há uma crise na formação de professores para o atendimento adequado da demanda da Educação Básica no Brasil. O relatório da Comissão Especial da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação salientou a possibilidade de um apagão de professores em diversas áreas do conhecimento, especialmente em disciplinas das áreas científicas (RUIZ; RAMOS; HINGEL, 2007). No entanto, conforme estudo recente realizado por Alves e Magalhães Júnior (2018), não significa que faltam docentes em sala de aula, mas que não há adequada formação, ou seja, há docentes atuando em áreas distintas à sua habilitação e, inclusive, sem formação em educação superior.

Nas últimas décadas, presenciamos um contexto de criação de programas de aligeiramento do processo de formação docente e de políticas públicas educacionais que visavam a minimização do problema da escassez de professores. Mais recentemente, vimos a oferta obrigatória de licenciatura sendo incorporada ao texto da lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) — Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Os IFs, no âmbito legal, tiveram sua constituição iniciada por meio do Decreto nº 6.095/2007 que estabeleceu diretrizes para a transformação das instituições federais de educação tecnológica em IFs, que passaram, juntamente com os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), as Escolas Técnicas vinculadas às universidades federais, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná e o Colégio Pedro II, a compor a Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica (BRASIL, 2007). Segundo Ribeiro e Medeiros (2020), o reordenamento realizado configurou-se na maior expansão da história da Rede Federal desde a criação das primeiras escolas técnicas, em 1909.

Entre as vocações institucional e acadêmica preconizadas no Decreto, a Lei nº 11.892/2008 deu atenção à atuação dos IFs na oferta de cursos de licenciatura. Assim, diferentemente de outras Instituições de Educação Superior (IES), os IFs possuem a incumbência de ofertar cursos de licenciatura de modo a atender, prioritariamente, as áreas de Ciências, Matemática e Educação Profissional. Segundo Zaslavsky (et al., 2019, p. 39) tal atribuição se caracteriza como uma “novidade sistêmica para a formação de professores”, haja vista a definição de que no mínimo 20% das vagas ofertadas pelos IFs devem ser destinadas a cursos de licenciaturas (BRASIL, 2008a), “quando na plenitude de seu funcionamento” (BRASIL, [2008?b], p. 3).

Devido à novidade imposta pelos IFs ao campo da Formação de Professores, observamos, por exortação de Lima (2013), Lima (2016a), Mororó e Pereira (2019) e Alves, Magalhães Júnior e Neves (2020), que há poucos estudos sobre as licenciaturas nestas instituições e que, de acordo com Mororó e

Pereira (2019), são ainda inconclusivos. Assim, neste trabalho, fruto de pesquisa de tese em andamento, buscamos contribuir com a temática de modo a investigar a atual inserção e relevância dos IFs no campo da formação inicial de professores no Brasil.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Durante a pesquisa, nos apoiamos em dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), entre 2008 e 2018. As informações foram sistematizadas em tabelas e gráficos que permitem melhor visualização da expansão das licenciaturas presenciais nos IFs e comparação com outras IES públicas e privadas, possibilitando compreensão do cenário da formação inicial de professores no Brasil para o decênio citado.

Antes de prosseguirmos, temos três ponderações a fazer e que foram definidas durante a compilação dos dados: **1.** O INEP mostra os dados dos IFs e CEFETs conjuntamente. Assim, após averiguações nas páginas eletrônicas dos CEFETs de Minas Gerais e do Rio de Janeiro¹ — os únicos ainda nesta denominação —, realizamos um ajuste e atribuímos o quantitativo destas instituições na categoria IES “pública”. **2.** Exceto quanto advertido, a categoria IES “pública” corresponde às instituições municipais, estaduais e federais, incluindo os CEFETs, mas excluindo os IFs; já a categoria IES “privada” colige as instituições comunitárias, confessionais e particulares. **3.** Aos cursos de Letras, englobamos as licenciaturas em língua vernácula e estrangeiras modernas, e, para os cursos especificados na categoria “outras”, além de Pedagogia, consideramos apenas os demais cursos denominados pelo INEP como “formação de professores”.

A EXPANSÃO NA OFERTA DE CURSOS DE LICENCIATURAS PELOS IFs

A oferta obrigatória de cursos de formação de professores pelos IFs, com atendimento prioritário às áreas mais demandadas, é frequentemente vinculada à escassez de professores na Educação Básica (ESTRELA, 2016; LIMA; BARREYRO, 2018). Porém, para Lima (2016b), esta afirmação parece indicar que a solução do problema apontado por Ruiz, Ramos e Hingel (2007) se baseia na criação de novos cursos de licenciaturas, neste caso, engendrados pelos IFs. Contudo, a falta de professores está

¹ O CEFET-MG possui 1 licenciatura em Letras iniciada em 2009; já o CEFET-RJ possui 2 licenciaturas em Física iniciadas em 2008. Disponíveis em: <https://www2.cefetmg.br/index.html> e <http://www.cefet-rj.br/index.php/graduacao>. Acesso em: 04 fev. 2020.

também relacionada a outras medidas, a exemplo a urgente necessidade de maior valorização da carreira docente (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011; LIMA, 2016b).

A formação de professores nos IFs não nasce com o surgimento da nova institucionalidade. Esta função, iniciada em 1997 e ampliada em 2000 (ESTRELA, 2016), era anteriormente atribuída aos CEFETs — dos quais muitos IFs tiveram origem —, mas, como veremos, é nos IFs que a oferta de licenciatura se intensifica. Assim, na Figura 1, apresentamos a expansão dos cursos de licenciaturas presenciais nos IFs durante a última década, conforme áreas preferenciais indicadas na Lei. Ressaltamos que as linhas contínuas mostradas a seguir servem apenas como guia visual, não correspondendo, portanto, ao crescimento efetivo no período.

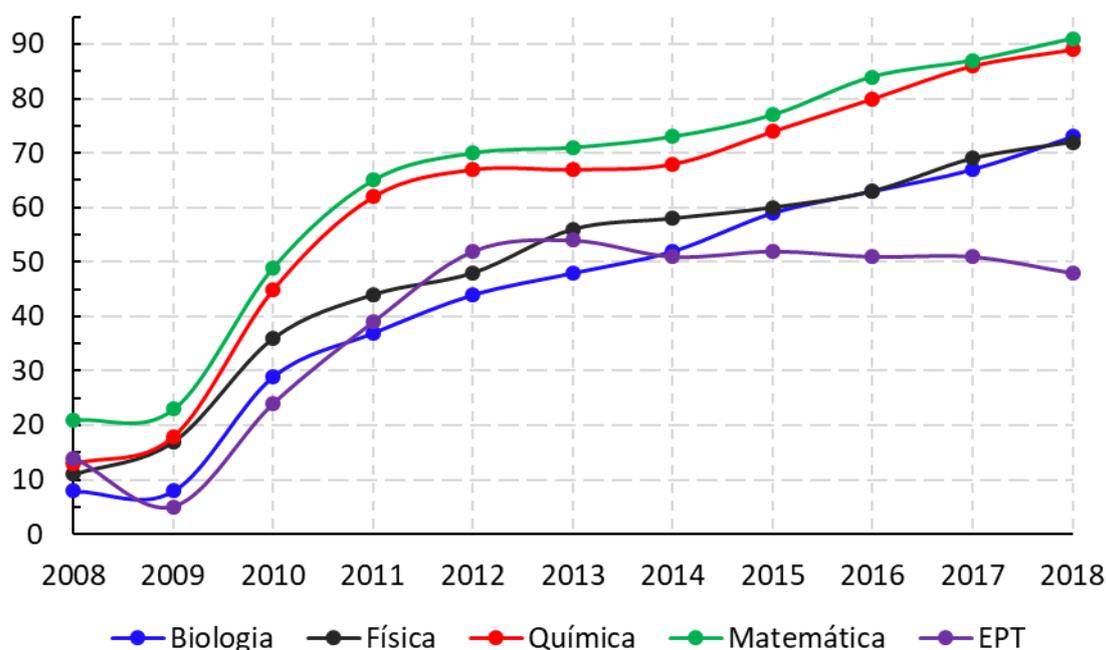


Figura 1: Quantitativo das licenciaturas ofertadas pelos IFs nas áreas prioritárias, entre 2008 e 2018.
Fonte: INEP. Elaboração própria (2020).

Pela Figura 1, observamos que os IFs, continuamente, têm aumentado a quantidade de cursos de licenciaturas nas áreas de Ciências e Matemática. As licenciaturas específicas da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) sofreram maior variação, e desde 2012 se mantêm com oferta praticamente estável. Para a EPT, em 2018, os IFs disponibilizavam as seguintes licenciaturas: Artes Visuais, Computação (correspondendo à metade dos cursos oferecidos), Ciências Agrárias, Dança, Ensino Profissionalizante em área específica, Música e Teatro (INEP, 2019a).

Em 2008, os IFs contavam com 21 cursos de licenciaturas em Matemática, 14 em EPT, 13 em Química, 11 em Física e 8 em Ciências Biológicas. Posteriormente, em 2018, possuíam 373 cursos nas áreas supracitadas, aumento de 456,72%. Houve um *boom* de crescimento entre 2009 e 2012, seguido de leve desaceleração.

Evidenciamos, também, que os IFs não limitaram sua atuação às áreas prioritárias, mas passaram a ofertar licenciaturas em outras áreas do conhecimento, conforme Figura 2.

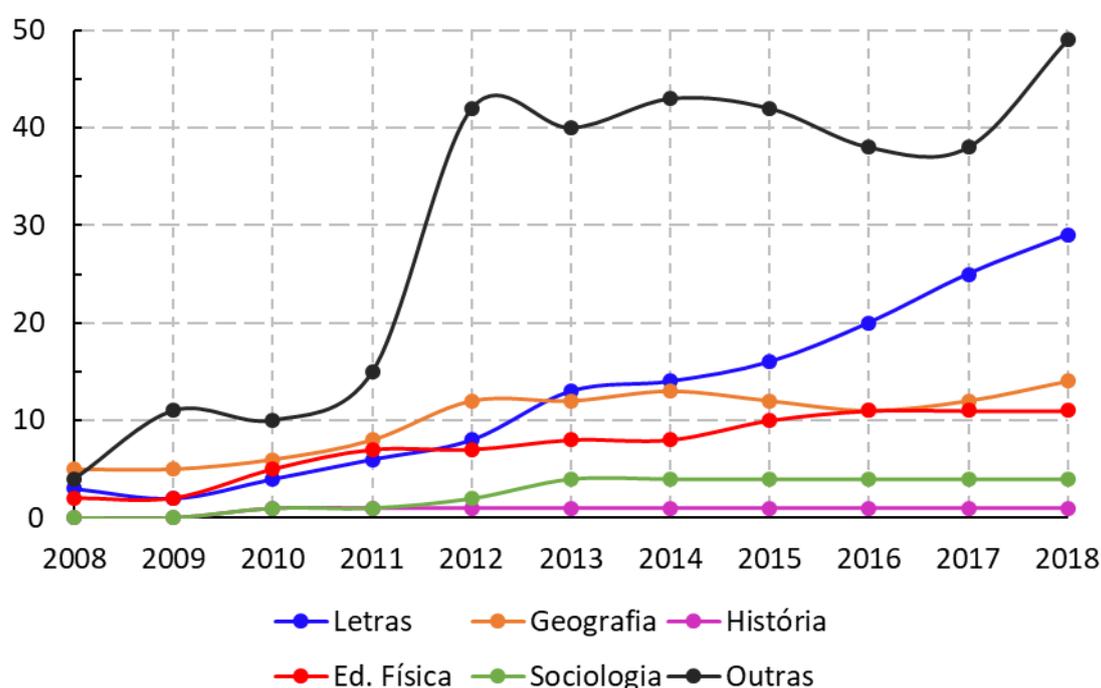


Figura 2: Quantitativo das licenciaturas ofertadas pelos IFs em áreas não prioritárias, entre 2008 e 2018. **Fonte:** INEP. Elaboração própria (2020).

A expansão na oferta de cursos de licenciaturas para áreas não prioritárias está em consenso com documento do MEC intitulado: “contribuições para o processo de construção dos cursos de licenciaturas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”. Neste documento, o MEC confirma a vocação dos IFs na oferta de licenciaturas em disciplinas das áreas científicas, atestando, porém, que isso não deve significar o seu engessamento ao buscarem o atendimento “às demandas sociais locais, com ênfase na garantia da qualidade do ensino que seja necessário à região” (BRASIL, [2008?b], p. 2).

Quanto à atuação dos IFs em áreas não demandadas, Estrela (2016) manifesta certa preocupação por compreender que isto pode estar vinculado ao cumprimento de metas e políticas de governo. Além disso, argumenta que tais instituições deveriam privilegiar a indicação legal por serem “cursos compatíveis com o seu perfil tecnológico” (ESTRELA, 2016, p. 107).

De qualquer forma, na Figura 2, notamos que não houve ofertas de licenciaturas em Arte e Filosofia e um aumento irrisório no número de cursos em História e Sociologia. Na década mostrada, tais áreas, em conjunto com Educação Física, Geografia e Letras, passaram de 10 para 59 licenciaturas, crescimento superior a 490,00% (INEP, 2009a, 2019a). Contudo, o Censo 2018 mostra que 77,55% das licenciaturas dos IFs são para as disciplinas demandadas, o que parece não justificar a preocupação de Estrela (2016).

O gráfico representativo para todas as “outras” licenciaturas disponibilizadas pelos IFs tem evolução bastante significativa. Nesse caso, o aumento quantitativo foi de 1.125% no período considerado, com destaque para o curso de Pedagogia que passou de 1, em 2008, para 21 cursos em 2018.

A relevância numérica e a imposição legal, levaram alguns autores, tais como: Lima (2013), Lima e Barreyro (2016), Lima (2016b), Mororó e Pereira (2019) e Alves, Magalhães Júnior e Neves (2020), a denominarem os IFs como “novo *lócus* de formação de professores”, campo tradicionalmente ocupado pelas universidades. Porém, devido a certas particularidades dessas instituições, como a relação com a educação profissional e tecnológica, a diversidade na oferta de diversos níveis e modalidades de ensino, a possibilidade do docente formador atuar concomitantemente na licenciatura e no Ensino Médio integrado, entre outras, “as licenciaturas oferecidas pelos Institutos revelam um *lócus* diferente daquelas oferecidas por outras instituições de educação superior” (LIMA, 2016b, p. 3).

Devido à racionalidade técnica possivelmente herdada das instituições originárias e a inexperiência formativa no campo da formação de professores (LIMA, 2013; CAVALCANTI, 2016; ESTRELA, 2016; LIMA, 2016b), esse “novo” espaço formativo de docentes tem recebido críticas, inclusive da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), em que são manifestadas preocupações na intensiva criação de licenciaturas nos IFs, pois, para a entidade, esta e outras iniciativas

[...] devem ser analisadas e avaliadas com cuidado de modo a evitar que tais cursos imprimam à formação de professores um caráter técnico-profissional, na medida em que se afastam do campo epistemológico das ciências da educação e das instituições historicamente constituídas com este fim — as Faculdades e Centros de Educação (ANFOPE, 2014, p. 44).

No entanto, como exposto, a licenciatura nos IFs se apresenta como uma novidade para as pesquisas relacionadas à formação de professores, carecendo, portanto, de maior compreensão e reflexão. Além disso, há de se considerar que os IFs se encontram em um movimento de (re)construção

de sua identidade institucional e, aliado a isso, estão também em um processo de construção de uma identidade docente (CAVALCANTI, 2016).

OS IFs E A LICENCIATURA NO CENÁRIO BRASILEIRO

O aumento da oferta de cursos de licenciatura nos IFs não se trata de um caso isolado, mas de relativa expansão da Educação Superior no Brasil, liderada, tanto no ensino presencial quanto na Educação a Distância (EaD), pelas IES privadas.

Ribeiro e Medeiros (2020) observaram que o Plano Nacional da Educação (PNE), decênio 2001 a 2010 (Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001), foi um dos elementos determinantes para o atual contexto da expansão da Educação Superior que, entre outras metas, estipulava a ampliação da taxa bruta e líquida de escolarização da população brasileira. Para o caso das IES privadas, a expansão se deu principalmente com financiamento público, por meio dos Programas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), criado em 2001, e do Universidade para Todos (Prouni), de 2005 (RIBEIRO; MEDEIROS, 2020).

É relevante ressaltar que o aumento da participação das instituições privadas na Educação Superior no Brasil é anterior ao PNE (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2012). Para os autores, o processo de privatização desse nível educacional foi desencadeado e acelerado durante o período da ditadura militar. Porém, segundo eles, a ampliação do número de instituições privadas e das matrículas nestas IES se manteve mesmo após a redemocratização do país.

Buscando avaliar o cenário brasileiro para as licenciaturas, a compilação dos dados dos Censos da Educação Superior nos permitiu estabelecer comparações entre os IFs e outras IES, separando-as, quando possível, por categorias administrativas. Dessa forma, para os anos de 2008 e 2018, a Tabela 1 apresenta o panorama do número de cursos de formação inicial de professores no Brasil, nas IES privadas e públicas e nos IFs.

Tabela 1: número de licenciaturas presenciais nas IES brasileiras.

Licenciatura	Brasil		Priv.		Públ.		IFs	
	2008	2018	2008	2018	2008	2018	2008	2018
Letras	1.041	1.079	575	434	463	616	3	29
Biologia	384	570	190	244	186	253	8	73
Física	139	237	45	25	83	140	11	72

Química	161	294	65	53	83	152	13	89
Matemática	567	504	290	154	256	259	21	91
Geografia	316	266	144	71	167	181	5	14
História	468	380	247	176	221	203	-	1
Arte	82	26	45	12	37	14	-	-
Ed. Física	426	677	297	510	127	156	2	11
Filosofia	80	143	59	71	21	72	-	-
Sociologia	48	98	25	16	23	78	-	4
EPT	234	402	104	127	116	227	14	48
Outras	1.903	1.732	1.141	1.136	758	547	4	49
Total:	5.849	6.406	3.227	3.029	2.541	2.898	81	481

Fonte: INEP (BRASIL, 2009a; 2019a). Elaboração própria (2020).

No geral, observamos que houve um aumento positivo no número total de cursos de licenciaturas no Brasil, 9,52%. No período considerado, os IFs tiveram participação significativa com um acréscimo que chega a 493,83%, as IES públicas tiveram um aumento de 14,05% e as privadas uma retração de -6,14% na oferta de cursos de formação de professores.

Apesar do elevado crescimento das instituições privadas nos últimos anos, conforme apontado por Silva Júnior e Sguissardi (2012) e Ribeiro e Medeiros (2020), observamos que isso não necessariamente se refletiu na evolução da quantidade de cursos de licenciaturas nessas instituições, ao menos na modalidade presencial.

Além disso, principalmente nas IES privadas, a oferta de licenciaturas se concentra em algumas poucas disciplinas específicas da Educação Básica, conforme Tabela 1. Isso pode indicar que tais instituições não possuem interesse por “aquelas licenciaturas que não propiciam coberturas dos custos ou lucratividade” (GATTI, 2014, p. 38).

Tendo em conta apenas as disciplinas específicas do Ensino Médio regular, as IES privadas tiveram um decréscimo de -10,90% na oferta geral de licenciaturas — com maior queda em Artes (-73,33%), Geografia (-50,69%), Matemática (-46,90%), Física (-44,44%), Sociologia (36,00%) e Letras (-24,52%) —; Biologia, Educação Física e Filosofia são as únicas áreas com aumento na oferta.

Por outro lado, considerando o mesmo conjunto de disciplinas, as reduções observadas nas IES públicas foram para os cursos de Artes (-62,16%) e História (-8,14%), mas também foi insignificante o crescimento na oferta de licenciaturas em Matemática, aumento de 1,17%. Em licenciaturas como Filosofia, Sociologia, Química e Física, a expansão no número de cursos foi de 242,86%, 239,13%, 83,13% e 68,67%, respectivamente.

O percentual elevado na criação de cursos de Filosofia e Sociologia pode ser explicado como uma resposta das instituições públicas à promulgação da Lei nº 11.684/2008 que, alterando a LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), incluiu-as como disciplinas obrigatórias em todas as séries do Ensino Médio (BRASIL, 2008c). Vale mencionar que a referida Lei foi revogada por ato do ex-presidente Michel Temer, no que ficou conhecida como Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017). Em relação aos demais cursos, conforme sugerido por Gatti, Barreto e André (2011) e Ribeiro e Medeiros (2020), a causa pode ter sido a implementação do Decreto nº 6.096/2007, ao instituir o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

A partir da Figura 1 e da Tabela 1, podemos afirmar, mas sem precisarmos se em tempo, quantidade e qualidade satisfatórios, que os IFs e as IES públicas atenderam de forma positiva aos “apelos” contidos no relatório de Ruiz, Ramos e Hingel (2007) quanto à necessidade do aumento do número de cursos de licenciaturas, com atenção especial às disciplinas ligadas às Ciências da Natureza.

Obviamente, a expansão dos cursos de licenciaturas ampliou o número de vagas ofertadas. Em 2018, comparado a 2008, foram criadas 71.979 “vagas novas” em cursos presenciais de “formação de professores” (BRASIL, 2009a; 2019a). Na referida ampliação, os IFs contribuíram com 24,28% das novas vagas².

Em âmbito geral, a quantidade total de vagas oferecidas nas licenciaturas presenciais indica uma elevação de 16,80% entre 2008 e 2018, atingindo 500.508 vagas; porém, 53,87% delas são direcionadas aos cursos de Pedagogia e Educação Física. Em relação aos cursos especificamente ligados às disciplinas das Ciências Naturais, a oferta total é de 60.739 vagas, 12,14% do total, com concentração majoritária em Biologia; nos IFs estas mesmas áreas correspondem praticamente à metade das vagas ofertadas em 2018.

Ainda que algumas instituições realizem processos seletivos visando reduzir o número de vagas remanescentes, conforme Brasil (2019a), apenas 43,43% das novas vagas foram ocupadas nas licenciaturas presenciais (valor puxado para baixo pelas IES privadas). No entanto, apesar da baixa “eficiência” na ocupação das vagas disponíveis — especialmente na rede privada —, em todo o Brasil, os cursos de formação de professores por nós avaliados apresentaram uma concorrência, inclusive, superior às demais opções de cursos (BRASIL, 2019a). Isso significa que, de algum modo, há

² O INEP agrupa IFs e CEFETs, mas o percentual referido corresponde apenas aos IFs. Chegamos nesse número assumindo as vagas ofertadas pelos CEFETs via SiSU/2019 e subtraímos, para 2008 e 2018, 80 vagas oferecidas em licenciaturas do CEFET-RJ e, para 2018, 40 do CEFET-MG. Disponível em: <https://sisu.mec.gov.br>. Acesso em: 01 fev. 2020.

interessados em cursar licenciaturas, resta saber as causas que resultam no não preenchimento das vagas ofertadas.

No tocante às matrículas, há um cenário bastante antagônico entre as licenciaturas presenciais e a distância, conforme Figura 3. Tal figura mostra, entre 2008 e 2018, o panorama das matrículas distinguindo as licenciaturas por modalidade e categoria administrativa.

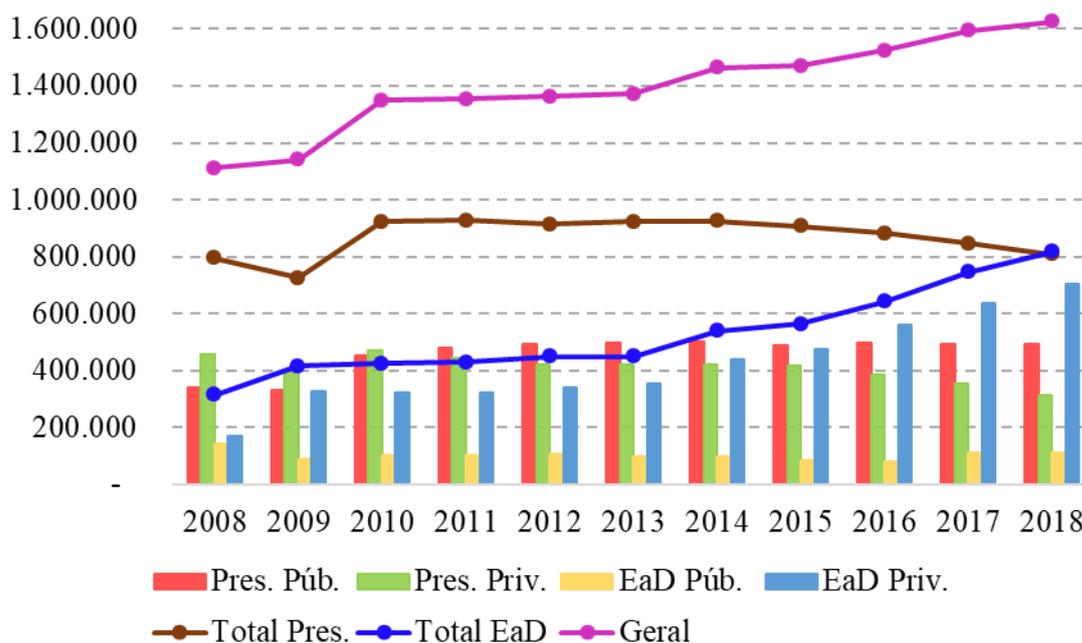


Figura 3: Evolução das matrículas nos cursos de licenciaturas presenciais e EaD nas IES públicas e privadas.

Fonte: INEP. Elaboração própria (2020).

Desde 2008, a expansão das matrículas nas licenciaturas presenciais das IES públicas, incluindo os IFs/CEFETs, tem se dado a uma taxa média anual de 3,86%. O maior número de matrículas ocorreu em 2014, com 501.510 alunos. A partir de então, há pequenas variações positivas e negativas, chegando a 2018 com 495.188 matrículas (11,88% delas nos IFs/CEFETs). Nesta modalidade, atualmente as instituições públicas detêm 61,23% das matrículas nas licenciaturas.

Por outro lado, as matrículas nas licenciaturas presenciais das IES privadas, desde 2010, têm diminuído a uma taxa média anual de -3,67%, atingindo, em 2018, o menor patamar do período mostrado: 313.529 matrículas. Para o decênio mostrado na Figura 3, é perceptível que nestas instituições há uma migração das matrículas dos cursos de licenciaturas presenciais para a EaD. Resultado já observado por Gatti (2014) para outra década de estudos.

Entre 2008 e 2018, percebemos que as matrículas nas licenciaturas EaD das IES privadas, favorecidas por políticas de expansão dessa modalidade (GATTI, 2014), cresceram 310,64%, passando

de 171.231, em 2008, para 703.151 matrículas em 2018. Atualmente, tais instituições já respondem por 86,08% dos licenciandos na modalidade a distância, enquanto em 2001, segundo Gatti (2014), haviam matrículas apenas nas licenciaturas ofertadas por IES públicas.

Não pretendemos discutir o mérito, mas é certo que a EaD constitui um fenômeno que merece mais atenção dos órgãos públicos, pois quase $\frac{1}{4}$ das matrículas na Educação Superior no Brasil correspondem a esta modalidade; e continuam crescendo em ritmo muito superior à graduação presencial (BRASIL, 2019b). No entanto, é nas licenciaturas que ela ganha mais destaque. Pela primeira vez da série histórica (BRASIL, 2019b), a Figura 3 mostra que temos mais estudantes matriculados em cursos de formação de professores a distância do que presencial: 50,25% deles estão em cursos EaD. Tal movimento é preocupante, pois,

[...] transformar [...] a formação de professores para a educação básica majoritariamente em formativos a distância pode trazer consequências para a qualidade das ações pedagógicas a serem desenvolvidas com crianças e adolescentes nas escolas de educação básica (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011, p. 105).

Por fim, ao avaliarmos as matrículas nos cursos presenciais de formação de professores dos IFs, notamos que, entre 2008 e 2018, o crescimento foi de 664,1%, com taxa média de crescimento anual de 22,55%. No entanto, mesmo com dados associados aos CEFETs, os IFs ainda não conseguiram cumprir suas “concepções e diretrizes”, pois, das 100.000 matrículas estimadas para o seu pleno funcionamento (BRASIL, 2010) — a última fase do plano de expansão da Rede Federal findou em 2016 —, em 2018, há somente 52.582 alunos em suas licenciaturas (BRASIL, 2019a).

Destacamos que apesar dos esforços na busca por soluções aos problemas relativos à formação de professores no Brasil, não são suficientes a criação de novos cursos, de novas vagas ou, conforme Lima e Barreyro (2018) e Mororó e Pereira (2019), da interiorização das licenciaturas no território brasileiro por meio dos IFs. A carreira docente precisa ser atrativa. Para isso, conforme Ruiz, Ramos e Hingel (2007), Estrela (2016), Lima (2016a) e Alves e Magalhães Júnior (2018), é necessário que tais medidas sejam acompanhadas por outras políticas, tais como: melhoria da qualidade dos cursos de formação inicial, incentivo à permanência dos alunos na licenciatura, valorização social, política e econômica da carreira docente, melhores condições de trabalho, estímulo ao desenvolvimento profissional em cursos de formação continuada, lato e/ou stricto sensu, entre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década investigada, os IFs tiveram uma rápida expansão e se destacaram na criação de novos cursos de licenciaturas, sobretudo, nas áreas definidas por Lei. Essa expressiva atuação e a primazia legal, fazem dos IFs um novo locus de formação de professores, mas com particularidades diferentes em relação a outras instituições, o que exige maior reflexão e estudos sobre a sua atuação na formação docente.

Ao avaliarmos as licenciaturas segundo a categoria administrativa, notamos que aumentou a participação das IES públicas, incluindo os IFs, na quantidade de cursos e matrículas nas licenciaturas presenciais; por outro lado, as IES privadas têm reduzido sua atuação em determinadas licenciaturas, possivelmente aquelas com menores perspectivas de lucro. O cenário atual mostra que a formação inicial de professores no Brasil, na modalidade presencial, é majoritariamente pública.

Porém, a cena se inverte quando abordamos a modalidade EaD: à medida que reduziram sua atividade nas licenciaturas presenciais, as IES privadas aumentaram intensamente sua presença na EaD, de modo que, pela primeira vez na série histórica, há mais alunos matriculados em licenciaturas EaD do que em cursos presenciais de formação de professores. Portanto, a licenciatura EaD é predominantemente privada.

Independentemente da modalidade, mostramos que, ao longo da última década, temos mais cursos, vagas e alunos nas licenciaturas no Brasil. Porém, isso é suficiente para suprir a carência de professores para a Educação Básica? Alguns autores dizem que não, pois é necessário que, ao panorama da expansão das licenciaturas, sejam promovidas outras ações como a de tornar a carreira docente mais atrativa e valorizada.

Referências

ALVES, M. F. S., MAGALHÃES JÚNIOR, C. A. O. O professor como sujeito da reforma do Ensino Médio: uma análise a partir dos documentos oficiais. **Interfaces da Educ.**, Paranaíba, v. 9, n. 25, p. 304-324, 2018.

ALVES, M. F. S.; MAGALHÃES JÚNIOR, C. A. O.; NEVES, M. D. A formação inicial de professores nos Institutos Federais de acordo com teses e dissertações. **ACTIO: Docência em Ciências**, Curitiba, no prelo 2020.

ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação. **Documento final do XVII Encontro Nacional da ANFOPE**: políticas nacionais de formação no Sistema Nacional de Educação Base Nacional Comum para a Educação Básica e a formação de professores. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.anfope.org.br/documentos_finais/. Acesso em: 17 maio 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.095**, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Brasília, 2007.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008a.

BRASIL. **Contribuições para o processo de construção dos cursos de licenciaturas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília: SETEC/MEC, [2008?b]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/licenciatura_05.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.684**, de 2 de julho de 2008. Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Brasília, 2008c.

BRASIL. **Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica: concepções e diretrizes**. Brasília: SETEC/MEC, 2010. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/normas-e-leis/concepcao-e-diretrizes-dos-institutos.pdf/view>. Acesso em: 20 nov. 2019.

CAVALCANTI, A. S. **Permanências na mudança, identidades em questão**: significados da docência entre formadores de professores de Educação em Ciências em um modelo educacional em construção. 2016. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Matemática) Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

ESTRELA, S. M. **Política das Licenciaturas da Educação Profissional: o *ethos* docente em (des)construção**. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de Goiás: Goiânia, 2016.

GATTI, B. A. A formação inicial de professores para a Educação Básica: as licenciaturas. **Revista USP**, n. 100, p. 33-46, 2014.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000212183>. Acesso em: 18 fev. 2020.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2018**. Brasília: INEP, 2019a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 14 jan. 2020.

INEP. **Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas**. Brasília: INEP, 2019b. Disponível em: <http://inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 14 jan. 2020.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2008**. Brasília: INEP, 2009a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 05 fev. 2020.

LIMA, F. B. G. A Formação de professores nos Institutos Federais: perfil da oferta. **Revista Eixo**, v. 2, n. 1, p. 83-105, 2013.

LIMA, F. B. G. Os Institutos Federais como novo *locus* de formação de professores. **Movimento Revista de Educação**, v. 3, n. 4, 2016b.

LIMA, M. F. B. A expansão dos cursos de licenciaturas nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: considerações sobre a proposta governamental. **Anais** [...] Maringá: UEM, 2016a. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/e_2/2-002.pdf. Acesso em: 05 jan. 2020.

LIMA, M. F. B.; BARREYRO, G. B. Cursos de licenciaturas nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: considerações sobre um novo *locus* de formação de professores. **RBP AE**, v. 34, n. 2, p. 501-521, 2018.

MORORÓ, L. P.; PEREIRA, C. W. S. A formação de professores nos Institutos Federais: interiorização e efeitos sobre a profissionalização docente no norte de Minas Gerais. **Educação em Debate**, v. 41, n. 80, p. 9-25, 2019.

RIBEIRO, E. A.; MEDEIROS, D. C. Expansão da Educação Superior no Brasil na última década: surgimento de um novo cenário de acesso? **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, p. 1-18, 2020.

RUIZ, A. I.; RAMOS, M. N.; HINGEL, M. **Escassez de professores no Ensino Médio**: propostas estruturais e

emergenciais. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/escassez1.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2017.

SILVA JÚNIOR, J. R.; SGUISSARDI, V. Forma e razões da expansão da Educação Superior pública no Brasil. *In*: MANCEBO, D.; BITTAR, M.; CHAVES, V. L. J. (Orgs.). **Educação Superior**: expansão e reformas educativas. Maringá: EDUEM, 2012. p. 21-42.

ZASLAVSKY, A.; ALVES, M. F. S.; KALB, M. C.; ALDERETE, N. J. A. Oferta de licenciaturas nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: estudo sobre a integração curricular. **Imagens da Educação**, v. 9, n. 3, p. 26-41, 2019.

Recebido em: 08/03/2020

Aceito em: 01/11/2020

Endereço para correspondência:

Nome: Marcos Fernando Soares Alves

Email: marcos.soaresalves@gmail.com



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).